

## **Não há de ser inutilmente: a influência da UFMG diante da controvérsia da Operação Esperança Equilibrista<sup>1</sup>**

Ives Teixeira Souza<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este trabalho propõe debater os elementos de influência da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) após a deflagração, em dezembro de 2017, da Operação Esperança Equilibrista (OEE) - entendida enquanto uma controvérsia pública capaz de movimentar a disputa de sentidos. Diante disso, apresenta a necessidade da universidade pública brasileira atentar-se cada vez mais para as dinâmicas da influência como uma maneira de reforçar os ideais de autonomia universitária nestes tempos incertos. Para tanto, parte das análises da influência da UFMG junto a seus públicos na controvérsia da OEE com o objetivo de iluminar as dinâmicas de influência da Universidade.

### **Palavras-chave**

Influência; Operação Esperança Equilibrista; Universidade Federal de Minas Gerais

### **Introdução**

Esperança Equilibrista, metáfora apresentada pela canção de Aldir Blanc e João Bosco “O bêbado e a equilibrista”, de 1979, foi utilizada para nomear a Operação realizada em 6 de dezembro de 2017 pela Polícia Federal, a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) com o objetivo de obter mais informações, por meio de depoimentos e de materiais apreendidos, para o inquérito policial que investigava o desvio de dinheiro público da construção do Memorial de Anistia Política do Brasil (MAP), do Ministério da Justiça, cuja implantação está, desde 2009, sob responsabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais. Mais de 100 agentes policiais cumpriram mandados de busca e apreensão e de condução coercitiva de professores e funcionários da universidade, inclusive o reitor Jaime Ramirez e a vice-reitora da instituição, Sandra Goulart.

A partir da noção de influência pública de Mayhew (1997), a proposta é entender a Operação Esperança Equilibrista (OEE) como uma controvérsia pública capaz de fazer emergir a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Relações Públicas, Política e Sociedade, atividade integrante do XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

<sup>2</sup> Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo e em Relações Públicas, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestrando em Comunicação Social pela mesma instituição. E-mail: ives@ufmg.br

disputa de sentidos entre os diversos públicos (HENRIQUES, 2017). Para iluminar as dinâmicas de influência que emergem dessa controvérsia, o objetivo deste trabalho é evidenciar quais são os prolocutores, as pretensões de solidariedade e os créditos de confiança da UFMG junto a seus públicos, a partir de pesquisa realizada em 2017 que buscou cartografar a controvérsia em torno da OEE.

Diante dos resultados, propomos a necessidade das universidades públicas brasileiras atentarem-se para suas dinâmicas de influência, de modo a reforçar junto aos públicos os atacados ideais da autonomia universitária. Ideais esses que estão ameaçados em nível global a partir de criminalizações de acadêmicos, restrições orçamentárias para ensino e pesquisa e *campis* militarizados (LYER e SUBA, 2019). Na primeira parte do artigo, vamos contextualizar a importância dos estudos de influência para a análise de controvérsias públicas e as contribuições do conceito de influência de Mayhew (1997) para esse entendimento. Em seguida, apresentaremos a OEE como controvérsia e analisaremos a influência da UFMG junto a seus públicos, a partir da análise de seus prolocutores e suas pretensões de solidariedade, em meio a essa disputa de sentidos. Por fim, discutiremos sobre como a autonomia universitária se fez presente na controvérsia e por quais razões há a necessidade de reforçar os ideais de autonomia junto à influência.

### **Controvérsia pública e influência**

Ao recuperar o conceito de influência de Bernays, Silva e Henriques (2020) lembram a importância para os profissionais de Relações Públicas perceberem as relações entre a opinião pública e os mecanismos e a função das lógicas de formação e distribuição da influência, diante da impossibilidade de medir, com rigor, as influências na formação da opinião pública, já que o cenário das influências é envolto em imensa complexidade. Afinal, a base para as ações de RP é avaliar a potencialidade das influências nas ações entre os públicos.

É preciso, portanto, segundo os autores, deixar de lado as apreensões sobre causa e efeito das práticas de Relações Públicas junto aos públicos para buscar os entendimentos sobre as múltiplas influências. A ideia proposta por eles é entender a influência enquanto “fenômeno comunicacional pautado pela interação entre diferentes atores” (SILVA e HENRIQUES, 2020, p.71). Diante disso, passa a ser a busca pelas influências de fundamental importância para compreender a movimentação e a formação dos públicos. Público seria entendido a partir da noção proposta por Henriques (2017) enquanto

formas abstratas e dinâmicas de experiência e de sociabilidades que se formam em função da problematização de acontecimentos e ações que afetam os sujeitos – para além de consequências imediatas aos diretamente envolvidos, que os interessam em uma controvérsia quanto ao problema e ao alcance dessas afetações e que existem em referência tanto a outros públicos quanto às instituições (BLUMER, 1987; TARDE, 1992; QUÉRÉ, 2003; ESTEVES, 2011; DEWEY, 2012; BABO, 2013). Dessa forma, não os consideramos mera audiência, mas como entes ativos, pelo menos em potência. Também assumimos que as atividades dos públicos são variáveis, em forma, em intensidade, em estabilidade e em duração, mas que giram em torno da manifestação coletiva de opiniões e interesses (HENRIQUES, 2017, p.56).

Essa concepção de público diante de uma controvérsia, em torno da disputa de sentidos, permite ser a influência elemento-chave para analisar as interações entre os públicos. Se ela só acontece na ação, só é possível apreender sobre essas influências dos públicos se analisadas as interações entre os atores na controvérsia, a partir das associações e das movimentações em público.

Por isso, é necessário olhar para as disputas discursivas no espaço público, as narrativas dos diferentes públicos diante da controvérsia que se relacionam o tempo todo mutuamente, em interações cotidianas. Esse processo de afetação constante dos públicos pelas influências diante da OEE é o que tentaremos apresentar, a partir dos elementos evidenciados por Mayhew (1997) sobre influência. O modelo de influência do autor entende a opinião pública como algo a ser desvendado, que necessita ser processado para maior entendimento. Para tanto, seria preciso compreender a conformação dessa opinião pública, as influências, e conseqüentemente, suas técnicas capazes de moldá-la. Mas para entender essa dinâmica, o caminho, aponta Mayhew (1997), é a retórica, cada vez mais desenvolvida por profissionais de comunicação que tentam controlar a opinião pública por meio de estratégias que utilizam a razão para persuadir. Como explica Silva (2015),

Mayhew expõe um cenário complexo sobre a formação da opinião pública, no qual a questão da influência está localizada em um primeiro plano. Para o autor, não é suficiente apenas observar se o público é influenciado ou se resiste às forças que tentam exercer influência sobre ele, sendo necessário direcionar os olhares de pesquisa para dentro da caixa-preta da opinião pública na tentativa de compreender como as diversas influências operam de fato em uma sociedade múltipla. Nesse aspecto, uma das abordagens possíveis é justamente a exploração sobre as intervenções estrategicamente formuladas para influenciar a opinião pública, buscando compreender a dinâmica que tais tentativas estabelecem na sociedade. (SILVA, 2015, p.89).

Para percorrer como essas diversas influências atuam junto aos públicos, ele conceitua sobre as relações retóricas que se dão entre os atores a partir dos prolocutores, das pretensões de solidariedade e dos créditos de confiança. De acordo com Mayhew (1997), a influência é caracterizada pela capacidade de se solidarizar a grupos ligados por interesses em comum. Para isso acontecer, é preciso que as pessoas confiem em quem fala, seja pela sinceridade ou pela eficiência do discurso, e ter causas em comum, terrenos a serem compartilhados. Dessa maneira, a credibilidade do discurso é conferida desde que haja esses interesses compartilhados identificáveis sobre o tema a ser influenciado.

Mesmo que haja conflitos sobre outros interesses entre os atores, para o que envolve o tema é necessário uma espécie de associação, o que ele chamou de pretensões de solidariedade - ser solidário a determinado discurso desde que considere como válido. Somente após essa pretensão é que é possível aceitar o discurso proposto. Mas Mayhew (1997) ressalta que a pretensão não é no sentido de uma comunidade potente, que compartilha todos os interesses, mas no sentido de apenas um interesse em comum.

Esse caráter particularizante, aponta o autor, é dado pela persuasão, que sempre busca particularizar seu efeito diante de interesses em comum. O caráter universalizante da persuasão não aconteceria nem em frente a uma ampla audiência, quando a possibilidade de generalizar permitiria criar uma base em comum. Por isso, destaca, há na democracia pluralista sempre uma disputa entre grupos sobre quem fala em nome da sociedade. Mas essa confiança em torno de uma base em comum, explica Mayhew (1997), só acontece por ser a única solução para a não possibilidade de existência da autossuficiência humana.

A alternativa, então, é minimizar os riscos, ao propor conhecer quais são os interesses dos atores em jogo. Ao perceber que conhece, a credibilidade aumenta. Mas esse conhecer é avaliado por sinais de confiança, que indicam a base de sustentação das afirmações, ao atuarem como os custos dos recursos usados para a persuasão. Esses sinais podem ser ideológicos, financeiros e emocionais, desde que geram uma identificação pessoal. Esses indicativos de credibilidade foram denominados por ele como créditos de confiança. Mas a confiança, ele ressalta, é permanentemente dependente da incerteza. Afinal, é uma espécie de crédito dado às fontes de informação, sejam elas sujeitos ou instituições, sobre determinada situação diante da não possibilidade de um conhecimento pleno sobre a situação.

Dessa maneira, o autor frisa que o processo de influência não é totalmente racional. Porém, em busca de seus próprios interesses, esses, cuja influência é direcionada, procuram por prolocutores, aqueles em quem confiam, compartilham interesses em comum e acreditam serem capazes de representar identidades e interesses coletivos. São eles, chamados por Mayhew (1997), de portadores da influência, que, como ressalta o autor, não são aqueles que necessariamente são impostos pela hierarquia social, mas aqueles que obtêm o maior número de créditos de confiança.

Todo esse processo de conquista de influência, destaca o autor, é dinâmico, visto que as declarações propõem apelos de interesses comuns e individuais em torno de interações constantes entre os atores. Inicia-se com a declaração da pretensão de solidariedade para, em seguida, oferecer sinais de confiança e mobilizar, a partir do endosso conquistado pela influência, para a formação de novas coalizões, novos conflitos em potência, o que, a partir disso, altera as relações com esses prolocutores, já que entram novas causas, interesses em disputa de sentidos.

São essas relações em torno das dinâmicas de influência da UFMG que se deu a ver pela OEE que vamos começar a desvendar nos movimentos seguintes, a partir do entendimento da OEE como uma controvérsia pública e da atuação da comunicação institucional da Universidade. De modo a apresentar pistas sobre as pretensões de solidariedade e os prolocutores da UFMG após a deflagração da Operação.

### **A esperança equilibrista**

Como dito anteriormente, entendemos a OEE como uma controvérsia pública ao envolver diversos atores em torno de disputas de sentidos. A proposta, a seguir, é mostrar alguns dos diversos sentidos que conformaram esse entendimento sobre a OEE.

O Memorial de Anistia Política do Brasil (MAP) era uma das principais medidas propostas pelo Estado brasileiro como medidas de Justiça de Transição. Essas medidas adotadas pela sociedade com o objetivo de superar violações de direitos humanos que aconteceram em grande quantidade no passado, ainda são incipientes no Brasil, sendo a Comissão da Anistia, criada em 2001, a principal medida de reparação para as vítimas do período.

O MAP permitiria não só o acesso a milhares de documentos sobre a prática e os processos de Justiça de Transição no país, como seria um local de representação da defesa dos valores de

uma sociedade em que o ser humano e seus direitos básicos universais são o objetivo principal. A UFMG, como uma universidade pública que afirma inspirar-se nos ideais de liberdade e solidariedade humana, com livre manifestação de pensamento, produção e transmissão de conhecimento (ESTATUTO, 1999) e que desenvolvia estudos sobre o assunto, foi a escolhida pelo Ministério da Justiça para implantar o projeto.

A assinatura da parceria entre a UFMG, por meio da então vice-reitora Heloisa Starling e o Ministério da Justiça (MJ), comandado pelo político Tarso Genro (PT), para a criação do MAP aconteceu em 29 de abril de 2009. A expectativa era que a transformação do Coleginho - onde funcionou a Escola de Aplicação da UFMG, no bairro Santo Antônio, ao lado do antigo prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich), local de referência contra a ditadura militar (RELATÓRIO, 2017) - em museu e centro de documentação estaria finalizada até o final daquele ano, sendo em 2010 a inauguração do restante da obra, que envolvia a construção de dois edifícios anexos. Porém, a construção do MAP demorou a sair do papel e teve problemas desde a concepção.

### **Os controles equilibristas**

A Controladoria Regional da União no estado de Minas Gerais, órgão da CGU, realiza anualmente auditoria das contas da UFMG, que serve de parâmetro para o julgamento das contas apresentadas pela universidade ao TCU. De acordo com a CGU, o MAP foi objeto de análise das auditorias anuais de avaliação da gestão da UFMG nos exercícios de 2009, 2010 e 2012; além de uma auditoria específica sobre o projeto realizada em 2016 e 2017. Em todos estes trabalhos foram apontadas falhas na administração dos recursos.

Na auditoria finalizada em abril de 2017, que analisou a gestão do termo de cooperação entre o MJ e a UFMG desde 2009, a CGU concluiu que o planejamento para o Memorial foi “extemporâneo e impreciso, ocasionando excessiva alteração no projeto executivo e, conseqüentemente, no custo previsto, bem como no Plano de Trabalho.” (RELATÓRIO, 2017b). Outro problema apontado foi a definição genérica do objeto do acordo, o que causou dificuldade para delimitar o objeto da ação e gerou inúmeros termos aditivos. Sobre a gestão do acordo, a CGU ressaltou que não houve nenhuma estrutura formalizada com o objetivo de fiscalizar o projeto e que diante das dificuldades orçamentárias e de execução não havia, naquele momento, plano de ação para a conclusão do MAP.

Com a possibilidade de um projeto iniciado não ser concluído por falta de dinheiro previsto para a finalização da obra e sem a prestação de contas que considerava adequada, a CGU enviou os relatórios da auditoria para que a Polícia Federal investigasse a construção do MAP. No mês seguinte à conclusão da auditoria, a PF instaurou inquérito para apurar possível desvio envolvendo a liberação de recursos federais para a implantação do Memorial, já que desde 2012 tinham sido liberados R\$ 13.738.802,70 para a execução do projeto, sem justificativa plausível para os gastos dos recursos, segundo a CGU.

A Operação envolvendo a UFMG não foi a primeira, naquele ano, que resultava das ações dos órgãos de controle nas contas públicas de universidades públicas federais. Quase três meses antes da OEE, em 14 de setembro de 2017, a PF, a CGU e o TCU realizaram a Operação Ouvidos Moucos, para apurar suposta desobediência da Reitoria da UFSC em relação às recomendações enviadas por eles. O objetivo foi desarticular, segundo os órgãos envolvidos, um esquema de desvio de recursos da UFSC que teria movimentado mais de 80 milhões de reais entre 2006 e 2017. Assim como a Esperança Equilibrista, a Operação Ouvidos Moucos teve como base auditorias realizadas pela CGU e o TCU. O reitor, que foi afastado do cargo, suicidou-se dias depois, mas não sem antes afirmar que a morte dele tinha sido decretada quando foi banido da universidade. Um dia após a OEE, os mesmos órgãos federais realizaram a Operação Torre de Marfim, para apurar desvio de verbas em projetos de pesquisa financiados por Fundações de Apoio da UFSC com contratos no valor de 500 milhões de reais.

### **Os movimentos equilibristas**

Texto da CGU (OPERAÇÃO, 2017), enviado para a imprensa na manhã da operação, relatava que até aquela data haviam sido constatados desvios de mais de 3,8 milhões de reais, com irregularidades na execução e na prestação de contas das obras de construção, reforma de edifícios e produção de conteúdo para exposição permanente sobre a memória do processo de anistia e da ditadura militar brasileira entre as quais falsificação de documentos, pagamento de estágio a pessoas sem vínculo estudantil, desvio de valores para outras contas estranhas ao projeto, além de gastos não relacionados ao objeto da obra. O *release* divulgado pela CGU também informava que havia indícios de crime de peculato, falsidade ideológica e associação criminosa (OPERAÇÃO, 2017).

Enquanto as redações recebiam o *release* da PF sobre a OEE, servidores da UFMG compartilhavam intensamente mensagens que afirmavam que o reitor e vice-reitora (e reitora

11/06/2021

eleita para próximo quadriênio, desde que confirmada a indicação pelo Presidente da República) da universidade haviam sido conduzidos coercitivamente para a sede da PF em BH, no bairro Gutierrez.

Conforme foram sendo informados do fato, o Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (Sindifes) e o Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros (Apubh) organizaram manifestação em frente à sede da PF. O objetivo era mostrar que a UFMG estava unida na defesa de sua autonomia universitária e da liberação de seus servidores. Sob aplausos, o reitor Jaime Arturo deixou a PF. Antes, os manifestantes, entre os quais representantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE/UFMG), gritaram palavras de ordem como “UFMG luta”. (D’OLIVEIRA, 2017).

Eles também aguardavam a entrevista coletiva organizada pela PF, que explicaria de modo detalhado a motivação da OEE e os supostos crimes investigados. O delegado responsável pela operação, Leopoldo Lacerda, e representantes da CGU e do TCU afirmaram que não sabiam sobre o beneficiário do dinheiro desviado e que a Operação tinha como objetivo adquirir provas para solucionar essa e outras dúvidas da investigação. (NASCIMENTO, 2017).

Na tarde do mesmo dia, os sindicatos organizaram entrevista coletiva na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em que afirmaram que a OEE teve viés político, como represália diante do intenso posicionamento da universidade contra as reformas realizadas no âmbito do Governo Federal, como a lei do teto de gastos orçamentários (FONTES, 2017). Em seguida, esses representantes dirigiram-se ao campus Pampulha, onde foi realizado um ato de abraço simbólico à UFMG, quando servidores e alunos circundaram o prédio da Reitoria. O mesmo prédio que horas antes recebeu policiais federais com mandados de busca e apreensão. Representantes dos sindicatos e do DCE discursaram, bem como dirigentes de Unidades Acadêmicas e ex-reitores. Jaime Arturo, reitor que foi conduzido coercitivamente, convocou em sua fala reunião extraordinária do Conselho Universitário para o dia seguinte, 7 de dezembro, e terminou afirmando que “A UFMG nunca se curvou e nunca se curvará ao arbítrio. Vamos resistir sempre.” (A UFMG, 2017). Na reunião extraordinária, que também contou com manifestação da comunidade na entrada da Reitoria, membros do Conselho denunciaram em entrevistas à imprensa a truculência e a brutalidade da abordagem da condução coercitiva (ALVES, 2017).



## **As influências equilibristas**

Como destacou Mayhew (1997), a retórica atual é atravessada pelas práticas desenvolvidas pelos profissionais de comunicação para a tentativa de influenciar a opinião pública. Após a deflagração da OEE, a comunicação institucional da UFMG não agiu de maneira diferente, ao tentar produzir suas próprias significações sobre a Operação. Para tanto, buscou divulgar por suas mídias as pretensões de solidariedade de seus prolocutores diante dos créditos de confiança que foram demonstrados para a Universidade.

Desde o momento da divulgação das conduções coercitivas houve diversas manifestações de repúdio de pessoas e entidades por meio de notas oficiais enviadas à UFMG e publicações em plataformas sociais digitais. A Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg) foi uma das primeiras instituições a se manifestar, ainda pela manhã, afirmando, em sua página no Facebook, que “ao criminalizar uma das maiores Universidades do país abre-se a porta para a criminalização de todo um segmento que não se alinha aos setores autoritários” (COVEMG, 2017), além de explicar as dificuldades encontradas para a finalização da execução do MAP.

Esse sentimento de criminalização também foi compartilhado por outros atores, como a ex-presidenta Dilma Rousseff, que também lamentou a OEE pela mesma plataforma. “Extrapola-se o limite do bom-senso e monta-se uma operação policial que joga para a plateia, ao envolver mais de 80 policiais para fazer conduções coercitivas. É lamentável que a sombra do estado de exceção continue a se projetar sobre as instituições brasileiras.” (ROUSSEFF, 2017, s/p.).

No início da noite, o músico e compositor João Bosco manifestou-se na plataforma *Facebook* sobre o uso do termo “Esperança Equilibrista”, presente na canção dele e de Aldir Blanc denominada “O bêbado e a Equilibrista”. A música é considerada o hino da Anistia Política no Brasil (MURATORI COSTA, 2018), sendo uma das mais executadas pelas rádios em 1979, ano em que foi promulgada a Lei da Anistia. “Essa canção foi e permanece sendo, na memória coletiva do país, um hino à liberdade e à luta pela retomada do processo democrático. Não autorizo, politicamente, o uso dessa canção por quem trai seu desejo fundamental” (BOSCO, 2017), afirmou o compositor, que percebeu as conduções coercitivas como ataque à universidade pública, “espaço fundamental para a promoção de igualdades na sociedade brasileira. É essa a esperança equilibrista que tem que continuar.” (BOSCO, 2017).

Ainda no fim do dia da OEE, a UFMG criou em seu site uma aba especial em que todas as notícias relacionadas à Operação produzidas pelo Centro de Comunicação da UFMG (Cedecom) foram publicadas, bem como as mais de 30 notas, publicadas na íntegra, em apoio à UFMG — da parte de universidades, como a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, a UFSC (onde, como dissemos, foram realizadas operações semelhantes) e a Universidade Federal da Bahia; instituições, como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos; e intelectuais de diversas áreas, como Paulo Sérgio Pinheiro, Boaventura de Sousa Santos, André Singer, Lília e Roberto Schwarz, Marilena Chauí e Michel Löwy (SOLIDARIEDADE, 2017).

Essas demonstrações de pretensões de solidariedade (MAYHEW, 1997) desses públicos em prol da UFMG foram elementos utilizados pela comunicação institucional da Universidade para influenciar a opinião pública de modo a diminuir a potência dos órgãos judiciários diante da controvérsia. O que pôde ser verificado com as análises das reportagens publicadas pelo portal regional O Tempo, pelo portal nacional de notícias Folha de São Paulo e pelo portal de jornalismo local BHAZ nos dias 6 e 7 de dezembro. Se a cobertura inicial teve como enquadramento principal as informações divulgadas pela Polícia Federal, ao longo de ambos os dias as reportagens apresentaram enfoque nas manifestações presenciais e as virtuais, que foram reunidas em uma aba especial pela equipe de comunicação institucional da UFMG.

Em uma das reportagens analisadas, inclusive, os questionamentos apontados pela Universidade e que não foram respondidos pelos representantes ganharam destaque na matéria jornalística em forma de quatro perguntas: Quem foram os beneficiados pelos supostos desvios de verba pública no Memorial da Anistia Política do Brasil? Para onde esse dinheiro teria sido desviado? Quantas bolsas de estudo teriam sido usadas para o desvio dos recursos destinados ao memorial? Por que os suspeitos de envolvimento nos desvios não foram chamados para prestar esclarecimentos antes de serem conduzidos coercitivamente pela Polícia Federal? (FARIA, 2017). Questionamento incomum em textos jornalísticos, pois apresentar as dúvidas que permanecem sobre a informação noticiada pode ser entendido como incompetência na apuração jornalística, mas que no caso indicou o contrário - se houver o entendimento da significação proposta pela UFMG.

Dessa maneira, pode-se afirmar que o discurso sobre ser a ação da PF arbitrária, iniciado desde as manifestações pela manhã, foi demonstrado pelos créditos de confiança que a

Universidade tinha junto àqueles prolocutores, todos diretamente ligados à UFMG, em frente a portaria da PF.

### **Em busca de mais influência**

Se a UFMG contava com outros públicos que falavam em seu nome de maneira contrária a ação realizada pela PF, para adquirir ainda mais influência sobre a controvérsia, todas as mídias da universidade produziram conteúdo sobre a OEE. Diante das incertezas, a estratégia adotada pela comunicação institucional da UFMG foi a de tentar influenciar a controvérsia, ao se posicionar para a imprensa apenas por meio de notas oficiais, ao mesmo tempo em que reverberou os argumentos apresentados pelos prolocutores, a partir de suas próprias possibilidades midiáticas.

A primeira nota oficial da universidade sobre o caso foi publicada no portal da universidade apenas no fim da tarde. No texto, foi adotada a posição de não se manifestar sobre os fatos da investigação, sob a justificativa do inquérito tramitar em sigilo, o que demonstra o indicativo de tentar diminuir a reverberação da controvérsia na imprensa, ao apostar na confiança dos públicos sobre a instituição.

Entretanto, logo a Agência de Notícias produziu a cobertura do abraço simbólico da Reitoria, quando o reitor se pronunciou pela primeira vez sobre a OEE, mostrando a união da universidade diante da OEE (A UFMG, 2017), que foi publicada no mesmo dia. O abraço também foi repercutido pela TV UFMG, que mostrou o abraço simbólico como um ato dos grupos políticos que perpassam a política institucional da universidade diante de um ataque com objetivo político de enfraquecer a universidade pública federal brasileira (NOGUEIRA, 2017). A TV também discutiu sobre o que chamaram de provocação feita pela PF ao denominar a operação, vista como um ataque às pessoas que lutaram contra a ditadura e que defendem o MAP como uma ação de justiça de transição (NOGUEIRA, 2017a). A rádio UFMG Educativa abordou a ilegalidade, para alguns juristas, da condução coercitiva, comparada a prática semelhante adotada durante o regime ditatorial brasileiro (ABUSO, 2019).

Dessa maneira, a UFMG procurou, a partir de suas próprias mídias, reforçar que foi vítima de um ataque, sempre utilizando outros atores para fazer essas declarações em suas mídias. Apesar disso, demonstrar indiretamente a busca de influenciar a controvérsia pela produção

de uma significação, a única vez que a instituição afirmou sobre as arbitrariedades foi na nota produzida pelo Conselho Universitário, órgão máximo de deliberação da universidade.

Também publicada no portal, após a reunião extraordinária, com o título “Conselho Universitário: ‘UFMG está pronta para prestar esclarecimentos à sociedade’”, o texto explicou que o comunicado foi idealizado na reunião do Conselho daquele dia e ressaltou a presença, na reunião, de quatro ex-reitores - Clélio Campolina Diniz (reitor na gestão 2010-2014), Ronaldo Tadêu Pena (reitor na gestão 2006-2010), Ana Lúcia Gazzola (reitora na gestão 2002-2006) e Tomaz Aroldo da Mota Santos (reitor na gestão 1994-1998) - mostrando a união das diversas correntes da política interna em defesa da universidade. O Conselho agradeceu “à comunidade universitária pelas manifestações espontâneas de solidariedade a seus dirigentes e de repúdio às ilegalidades perpetradas contra os membros desta Casa” (CONSELHO, 2019). Na sequência, afirmou que a UFMG iria prestar todos os esclarecimentos sobre o caso.

A UFMG está pronta. Ela está pronta, como sempre esteve e sempre estará, a prestar qualquer esclarecimento à sociedade, como é seu dever. Ela está pronta, como sempre esteve e sempre estará, a cooperar com as autoridades. Ela está pronta, como sempre esteve e sempre estará, a defender as instituições federais de ensino contra qualquer ataque. (CONSELHO, 2019).

E concluiu pedindo garantia aos direitos constitucionais diante do constrangimento ilegal que caracteriza a condução coercitiva. “A UFMG exige a plena observância dos direitos e garantias fundamentais contemplados na Constituição brasileira. A UFMG nunca se curvará ao arbítrio.” (CONSELHO, 2019). Em 22 de dezembro, a UFMG abriu sindicância interna para esclarecer, em um prazo máximo de 240 dias, os fatos que eram objetos de investigação da PF e reportar ao Conselho Universitário. Em nota à comunidade, a última sobre a OEE enviada pela UFMG, a Reitoria afirmou que com essa atitude “a UFMG reafirma, assim, seu compromisso histórico de empreender todos os esforços necessários para a defesa da probidade, da impessoalidade e da moralidade e da eficiência da administração pública.” (REITORIA, 2017).

As publicações dessas notas evidenciam a estratégia de influência da UFMG diante da controvérsia. Em um momento inicial, diante da reverberação de seus créditos de confiança conquistados junto a outros públicos, a iniciativa foi buscar significações sobre a OEE distintas das dos órgãos de controle, sugerindo a existência de uma controvérsia pública. Em um momento contínuo, a estratégia foi utilizar o discurso capitaneado pelos prolocutores de

ser a OEE uma ação arbitrária, inclusive, utilizando, para isso, de suas mídias e da divulgação de notas oficiais para a imprensa.

Olhar para essas estratégias de influência institucionais torna-se necessário quando vai ao encontro dos resultados de pesquisa mundial que indica a necessidade das universidades reforçarem seus ideais de autonomia universitária. O estudo desenvolvido por Lyer e Suba (2019) apresenta uma série de ataques sofridos por universidades, o que coloca em questão a condução do ensino, da pesquisa e do questionamento crítico proposto por essas instituições. Entre as principais interferências estão o excessivo controle financeiro e das estruturas de gestão e a criminalização dos membros dessas instituições e a militarização dos *campi*. Como sugestão, o estudo propõe a necessidade de compreender essas práticas de repressão que indicam um funcionamento não saudável de uma sociedade democrática. Por isso, a necessidade de, cada vez mais, atentar-se para as dinâmicas de influência em torno das universidades, não apenas em casos específicos, como a OEE.

### **Considerações finais**

Ao compreender a influência enquanto “um conjunto de interferências recíprocas na ação, a partir dos campos em interação nas quais ocorre” (SILVA e HENRIQUES, 2020, p.84), portanto entendida a partir de uma dinâmica coletiva - movimento da influência que faz com que ela construa, modifique, haja na formação de disputas de sentido - na movimentação de controvérsias públicas, percebemos como a UFMG buscou influenciar a controvérsia da OEE, a partir de suas pretensões de solidariedade e de seus prolocutores.

A partir do entendimento de Mayhew (1997) sobre a influência ficou evidenciado que as lógicas de influência são incertas, se alteram de acordo com cada situação, a partir de elementos de confiança, o que aconteceu desde a deflagração da OEE até o fim do dia seguinte a Operação. Como vimos, a partir das práticas desenvolvidas pela comunicação institucional da Universidade, a UFMG buscou exercer influência sobre a opinião pública diante da controvérsia da OEE.

Apesar de desde a deflagração da OEE, públicos se posicionarem em defesa da Universidade, diante dos créditos de confiança e das pretensões de solidariedades para com a UFMG, a busca de significações sobre ser a OEE uma tentativa de ataque à universidade pública se deu após maior visibilidade midiática proporcionada pela comunicação institucional, a ponto de fazer com que o reitor e seus ex-reitores fossem os seus outros prolocutores durante a

controvérsia da OEE. As notas oficiais, os *releases* divulgados para a imprensa e a aba especial criada no portal reforçam o argumento de tentativa de criação de uma significação de ataque à UFMG utilizando os créditos de confiança não só da Universidade, mas também de outras instituições que confiaram na UFMG.

Se não é possível afirmar quais foram os resultados da busca da UFMG pela influência na controvérsia, é certo que houve essa tentativa, como demonstrado, ainda que para isso fosse necessário ressaltar o sigilo do processo de investigação e utilizar os créditos de confiança após a OEE para reafirmar um compromisso histórico com a moralidade e a eficiência. Em junho de 2020, o Ministério Público Federal arquivou, ao alegar ausência de provas, os inquéritos penal e civil realizados no âmbito da Operação Esperança Equilibrada. A UFMG, à época, não se manifestou oficialmente, por meio de nota oficial, sobre os arquivamentos. Somente após a CGU abrir processo administrativo disciplinar contra a atual Reitora, Sandra Goulart, que o Conselho Universitário realizou manifestação pública, em janeiro de 2021, sobre o Memorial da Anistia e a Operação Esperança Equilibrada.

## Referências

ABUSO marca uso da condução coercitiva, avaliam especialistas. **Rádio UFMG Educativa**. Belo Horizonte, 7 dez. 2017. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/conducao-coercitiva-vem-sendo-utilizada-de-forma-abusiva-equivocada-e-sem-justificativa>. Acesso em: 30 out. 2019.

ALVES, Fransciny. UFMG se une em repúdio à Polícia Federal. **O TEMPO**, Belo Horizonte, 7 dez. 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/ufmg-se-une-em-repudio-a-policia-federal-1.1550824>. Acesso em: 30 out. 2019.

A UFMG nunca se curvará ao arbítrio, diz o reitor Jaime Ramírez. **Agência de Notícias UFMG**, Belo Horizonte, 6 dez 2017. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/a-ufmg-nunca-se-curvara-ao-arbitrio-diz-o-reitor-jaimeramirez>. Acesso em: 26 maio 2019.

BOSCO, João. Nota de repúdio à Operação Esperança Equilibrada. 7 dez. 2017. **Facebook: @oficialjoabosco**. Disponível em: [https://www.facebook.com/oficialjoabosco/posts/148697685776638?\\_\\_xts\\_\\_\[0\]=68.ARC8ljiqywjph0M2ohCHE2qEiduJ\\_HSQS6R0ee4s5Qsr8DaGYU9h3yAAllnNdCuWjo3YW\\_J7mof](https://www.facebook.com/oficialjoabosco/posts/148697685776638?__xts__[0]=68.ARC8ljiqywjph0M2ohCHE2qEiduJ_HSQS6R0ee4s5Qsr8DaGYU9h3yAAllnNdCuWjo3YW_J7mof). Acesso em: 15 jun. 2019.

CONSELHO Universitário: “UFMG está pronta para prestar esclarecimentos à sociedade. **Portal UFMG**. Belo Horizonte, 7 dez. 2019. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/conselho-universitario-ufmg-esta-pronta-para-prestar-esclarecimentos-a-sociedade-1>. Acesso em: 30 out. 2019.

COVEMG. Nota oficial da Covemg sobre ação policial na UFMG. 6 dez 2017. **Facebook: @CovemgOficial**. Disponível em: <https://www.facebook.com/CovemgOficial/photos/a.957363187676102/1523781194367629/?type=3&theater>. Acesso em: 14 jun. 2019.

D'OLIVEIRA, Rafael. Reitores depõem e movimentos protestam contra operação que investiga desvios na UFMG. **BHAZ**, Belo Horizonte, 6 dez. 2017. Disponível em: <https://bhaz.com.br/2017/12/06/operacao-protestos-desvios-ufmg/>. Acesso em: 30 out. 2019.

ESTATUTO da **Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 4 mar 1999. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Estatuto>. Acesso em: 26 maio 2019.

FARIA, Ana Luiza. PF apura desvio de R\$ 4 milhões destinados a bolsas de estágio. **O TEMPO**, Belo Horizonte, 6 dez. 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/pf-apura-desvio-de-r-4-milhoes-destinados-a-bolsas-de-estagio-1.1550136>. Acesso em 18 ago. 2019.

FONTES, Letícia. Servidores dizem que ação da PF na UFMG teve viés político. **O Tempo**, Belo Horizonte, 6 dez 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/servidores-dizem-que-a-C3%A7%C3%A3o-da-pf-na-ufmg-teve-vi%C3%A9s-pol%C3%ADtico-1.1550245>. Acesso em: 26 maio 2019.

HENRIQUES, Márcio Simeone. Dimensões dos públicos no processo de comunicação pública: formas de conhecimento, ação e organização. In: SCROFERNECKER, Cleusa M. A.; AMORIM, Lidiane R. de. (Org.). **(Re) leituras contemporâneas sobre comunicação organizacional e relações públicas**. 11ed.Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2017, v. 1, p. 53-66.

LYER, Kirsten Roberts; SUBA, Alum Aron. **International Centre for Not-For-Profit Law (ICNL)**. Closing academic space: Repressive State Practices in Legislative, Regulatory and Other Restrictions on Higher Education Institutions. Washington, EUA, 2019. Disponível em : <https://www.icnl.org/wp-content/uploads/Uni-restrictions-rpt-final-March-2019.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MAYHEW, Leon. **The new public**: Professional communication and the means of social influence. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MURATORI COSTA, Fernando. Da esperança equilibrista à sujeira para todo lado: um passeio por canções de engajamento político - MPB e BRock (1970-1987). **ARTCULTURA (UFU)** , v. 19, p. 203, 2018. Disponível em: [http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF35/20-Da-esperan%C3%A7a-equilibrista-%C3%A0-sujeira-por-todo-lado-um-passeio-por-can%C3%A7%C3%B5es-de-engajamento-pol%C3%ADtico%20e%20MPB-e-Brock-\(1970-1987\).pdf](http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF35/20-Da-esperan%C3%A7a-equilibrista-%C3%A0-sujeira-por-todo-lado-um-passeio-por-can%C3%A7%C3%B5es-de-engajamento-pol%C3%ADtico%20e%20MPB-e-Brock-(1970-1987).pdf). Acesso em: 13 jun. 2019.

NASCIMENTO, Simon. PF faz operação contra desvio de dinheiro em obra do Ministério da Justiça e da UFMG. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 6 dez 2017. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/12/06/interna\\_gerais,922419/pf-faz-operacao-contradesvio-de-dinheiro-em-obra-da-ufmg.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/12/06/interna_gerais,922419/pf-faz-operacao-contradesvio-de-dinheiro-em-obra-da-ufmg.shtml). Acesso em: 26 maio 2019.

NOGUEIRA, Pablo. Professores, servidores e estudantes dão abraço simbólico na UFMG. **TV UFMG**. Belo Horizonte, 6 dez. 2017. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/professores-servidores-e-estudantes-dao-abraco-simbolico-na-ufmg>. Acesso em: 30 out. 2019.

NOGUEIRA, Pablo. De símbolo da luta pela anistia a escárnio contra a universidade pública. **TV UFMG**. Belo Horizonte, 7 dez. 2017a. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/obebado-e-a-equilibrista>. Acesso em: 30 out. 2019.

REITORIA, Gabinete da. Nota à comunidade. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 22 dez 2017. Disponível em: [https://ufmg.br/storage/5/4/8/1/548118303e521df2ee3300fa8e2e7e07\\_15139679572849\\_1356053172.pdf](https://ufmg.br/storage/5/4/8/1/548118303e521df2ee3300fa8e2e7e07_15139679572849_1356053172.pdf). Acesso em: 26 maio 2019.

RELATÓRIO de Auditoria: Comissão da Anistia. **Controladoria-Geral da União**. Brasília, abr. 2017b. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/9682.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

RELATÓRIO Final da Comissão da Verdade em Minas Gerais (v.5). **Comissão da Verdade em Minas Gerais**. Belo Horizonte. CD-ROM. 2017a.

ROUSSEFF, Dilma. Dilma lamenta a espalhafatosa ação da PF na UFMG. 6 dez 2017. **Facebook: @DilmaRousseff**. Disponível em: <https://www.facebook.com/DilmaRousseff/posts/1641069912613260/>. Acesso em: 26 maio 2019.

OPERAÇÃO Esperança Equilibrista investiga desvios de recursos na UFMG. **Portal CGU**, Brasília, 6 dez. 2017. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/noticias/2017/12/operacao-esperanca-equilibrista-apura-desvios-de-recursos-na-ufmg>. Acesso em: 26 maio 2019.

SILVA, Daniel Reis. **Astroturfing: Lógicas e dinâmicas de manifestações de públicos simulados**. 1. ed. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2015. v. 1. 206p .

SILVA, Daniel Reis; HENRIQUES, Márcio Simeone. Reposicionando a noção de influência nas relações públicas: articulações teóricas preliminares e perspectivas de estudo. In: Luiz Alberto de Farias; Else Lemos; Cláudia Nociolini Rebechi. (Org.). **Opinião Pública, Comunicação e Organizações**. 1ed.São Paulo: Abrapcorp, 2020, v. 1, p. 69-88.

SOLIDARIEDADE chega de toda parte. **BOLETIM UFMG**, Belo Horizonte, 18 dez 2017. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/nao-ha-de-ser-inutilmente/solidariedade-chega-de-toda-parte>. Acesso em: 26 maio 2019.